

3.1

Um guerreiro Wassu Cocal: Hibes Menino de Freitas

Aldjane de oliveira*

RESUMO

Esta biografia visa ligar a história de um líder/guerreiro indígena da etnia Wassu Cocal com a história de luta do seu povo, e também com os acontecimentos locais. A construção deste texto se dá de forma que os relatos dos Wassu tenham lugar de destaque. Assim vislumbramos apresentar a história de luta de Hibes Menino de Freitas, cuja aldeia está localizada na Zona da Mata alagoana e suas terras majoritariamente se encontram no município de Joaquim Gomes. Este guerreiro, aqui apresentado, é figura especialmente emblemática entre os Wassu Cocal, tendo sido um defensor incansável e destemido cuja bravura na luta pelo reconhecimento étnico de seu povo, assim como pela conquista de suas terras, resultou em seu cruel assassinato em decorrência de conflitos com posseiros das terras em questão. Hibes Menino se destacou não só na historiografia dos Wassu, mas também se tornou uma liderança importante, sempre respeitada pelas diversas etnias do Nordeste por fazer da sua luta a própria luta.

PALAVRAS-CHAVE

Hibes Menino

Wassu Cocal

Conflito

Territorialidade

* Graduada em Ciências Sociais e Especialista em Antropologia, ambos pela Universidade Federal de Alagoas; Mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: ald.cso@hotmail.com.br.



Hibes Menino de Freitas,
uma figura emblemática entre os Wassu,
destacou-se pela luta firme e convicta
em defesa de seu povo.
Nasceu em em 31 de maio de 1952
e era filho de Artur José de Lima
e Alice Menina de Freitas.

P

ara conhecermos melhor a história deste guerreiro wassu, buscamos informações com seu filho mais novo, Igor Herbert do Vale Freitas, que nos contou que após a morte do avô, pai de Hibes, este e sua família saíram das terras Wassu Cocal – na época não reconhecida oficialmente como terras indígenas – e foram morar na capital de Alagoas, Maceió, nas proximidades de Massaguera e Garça Torta, de onde uma de suas irmãs teria viajado para o Rio de Janeiro, aos poucos levando todos os irmãos. Apenas Hibes teria continuado em Maceió.

Alistou-se no Exército brasileiro, ao qual serviu. Segundo seu filho Igor Freitas foi nesse período que ele conheceu sua futura esposa e mãe de seus filhos, “porque

ele destacou naquele quartel que fica ali perto da Funai e o meu avô (materno) trabalhava na rede ferroviária”. Hibes foi “motorista de ônibus, motorista de carreta”, morou por um tempo em Recife, “mas ele sempre dizia toda vez que ele passava aqui nesse trecho (da BR 101, na Aldeia Wassu Cocal)... que quando ele ia pra Recife, era a jornada pra Maceió, que a origem dele era aqui nesse lugar”. Igor Freitas nos relatou ainda o que sabe sobre a reaproximação de Hibes com a Aldeia.

1 Próximo à praia da Avenida.

[...] o último emprego dele, antes de vir para o Cocal, foi na Salgema, aí foi quando ele veio visitar aqui, conviveu com o Geová [foi Cacique por quatro vezes], Seu Paulo Rufino, como outras lideranças. Ele aqui começou a reavivar o lado familiar junto com os que já estavam aqui. Disseram a ele: ‘olha Hibes, a gente tem o interesse de tornar, de reavivar o povo Wassu Cocal, que até então tava todo mundo oprimido, morando no Cocal Velho, e a gente precisa de alguém que nos dê apoio’. Papai já tava vivido lá fora, tinha um conhecimento de mundo fora das medidas da aldeia, aí, ele então: “vamos trabalhar!”, abriu mão do emprego da Salgema e veio embora pro Cocal, começou nessa luta. Foi no Rio de Janeiro levantar a documentação, porque foram em Recife e não acharam a documentação do Cocal, aí, ele reuniu uma equipe e viajou pra Brasília, ele conseguiu lá... foi tipo um incentivo pra que ele pudesse fazer o levantamento histórico dessa documentação, aí, foi quando ele foi pro Rio de Janeiro, e eu acompanhei esse relato no Museu do Índio no Rio de Janeiro, esse levantamento. Por sinal, ele até tinha uns documentos ainda oficiais, ele conseguiu, ele era um camarada meio doido assim, ia pesquisar e se tinha a oportunidade de pegar um documento, ele pegava e guardava (Igor Freitas, entrevista no dia 16/02/2017).

Estes documentos da Aldeia de que Igor fala são os documentos assinados por D. Pedro II, de doação das terras wassu por terem seus homens lutado durante a Guerra do Paraguai (1865-1870). Assim, se faz necessário abrirmos parênteses para explicar um pouco sobre a doação de terras aos Wassu a partir da luta na Guerra do Paraguai. Sobre a reaproximação de Hibes com a comunidade indígena, o sr. Severino revela:

[...] foi através da mãe dele, dos irmãos que a gente já conhecia, que era da Serrinha e a gente acolheu ele muito bem. Se juntamos e começamos a luta. A relação da gente, graças a Deus, foi uma relação muito boa, né, porque, apesar de ele ter convivido esse tempo todinho lá fora, quando ele chegou, ele se deu com a gente como se a gente já se conhecesse de muito tempo. Então, começou a gente a fazer amizade e todo mundo a conhecer ele como índio. Ele foi uma pessoa muito importante nessa reivindicação da gente; eu lhe digo uma coisa com toda sinceridade, a gente já tinha iniciado, mas ele orientou muito bem como a gente devia fazer pra gente chegar aqui onde estamos. Eu, o compadre Geová e o finado Hibes vivia como se fosse três irmãos na verdade, porque

o que um combinava o outro aceitava, porque a gente via que ele tinha uma boa personalidade pra gente fazer um trabalho decente pra ajudar a comunidade. A amizade da gente começou dessa forma. Quando a gente vê que a pessoa tá interessado em ajudar e quer ver as coisas fruturar, aí a gente sente aquela firmeza das pessoas, e ele foi uma das pessoas que realmente trouxe essa luz pra gente (Severino Antônio da Silva, entrevista no dia 10/03/2018).

A respeito da organização política e da memória was-su, assim como sobre a jogada política local dos donos do poder, dos fóruns, dos fazendeiros, que desde há muito são meticulosos e ágeis a seu próprio favor, vejamos:

O avô do caboclo Paulo enviou os índios Camilo Bezouro e Francisco Luiz de Ó à cidade de Passo de Camaragibe para entregar o documento ao Dr. Uchoa de Mendonça, dono do Cartório. Este também era dono do Engenho Mirim. Nos relatos ainda a antropóloga ouviu que o citado documento nunca foi dado entrada no Cartório e desapareceu. Os índios informavam que ele estava em poder de uma invasora, a matriarca da Família Mendonça, dona de um dos muitos engenhos instalados na área indígena (SILVA, 2006, p. 7-8).

Essas práticas em benefício dos próprios brancos se tornaram corriqueiras, principalmente nas áreas burocráticas. Assim, percebem-se as artimanhas dos brancos que se apossaram das terras dos índios e que também eram donos das instituições que detinham poder de registro e de decisões: omitiam e tramavam contra a posse da terra dos índios. Estes, incansavelmente, no decorrer dos séculos e diante da presença branca, lutaram com afinco, mesmo nadando contra as correntezas do rio de poderes dos brancos.

Hibes perfeitamente se encaixa na proposta de Oliveira (1999) no que diz respeito a um dos motivos da escolha do nome de sua obra A viagem da volta, e sobre a construção da identidade étnica dos povos do Nordeste, que perpassa também as viagens de seus primeiros líderes no final da década de 1970 e início da década de 1980. Estes viajavam em busca de vestígios de comprovações de sua etnicidade e de registros de demandas desses povos junto aos órgãos competentes, tornando assim latente a reflexão e a ação no que diz respeito à existência da coletividade. Nesse contexto, as viagens podem ser vistas como fator constituinte dessas sociedades.

Foi absolutamente decisivo o papel de líderes como Aclon, entre os Turká (Batista 1992), de Perna-de-pau, entre os Tapeba (Barreto 1991), de João-cabeça-de-pena, entre os Kambiwá (Barbosa 1991). Suas viagens às capitais do Nordeste e Rio de Janeiro para obter o reconhecimento do SPI e a demarcação de suas terras configuravam verdadeiras romarias políticas, que instituíram mecanismo de representação, instituíram alianças externas, elaboraram e divulgaram projetos futuros, cristalizaram internamente os interesses dispersos e fizeram nascer uma unidade política antes inexistente. É preciso perceber que essas viagens só assumiram tal significação porque os líderes também atuaram em uma outra dimensão, realizando outras viagens, que foram perseguições no sentido religioso, voltadas para a reafirmação de valores morais e de crenças fundamentais que fornecem as bases de possibilidade de uma existência coletiva (OLIVEIRA, 1999, p. 34).

As viagens e as demarcações foram atos de cunho político cruciais para o reconhecimento dessas comunidades. Assim, o surgimento de novas comunidades indígenas era pensado como fruto de atos fundamentalmente políticos, e Oliveira continua:

[...] é também aquele da comunhão de sentidos e valores, do batismo de cada um de seus membros, da obediência a uma autoridade simultaneamente religiosa e política. Só a elaboração de utopias (religiosas/morais/políticas) permite a superação da contradição entre os objetivos históricos e o sentimento de lealdade às origens, transformando a identidade étnica em uma prática social efetiva, culminada pelo processo de territorialização (OLIVEIRA, 1999, p. 34-35).

CONFLITOS COM POSSEIROS E CONQUISTAS WASSU

Ainda sobre a relação entre indígenas e posseiros, temos: “Eles (os brancos) dizem que aqui é ‘fazenda’ porque acabou-se a tribo de Cocal. Mas nós dizemos que não se acabou. A antiga aldeia de Cocal pertencia ao município de Passo de Camaragibe. Aqui ficou um raminho de índio, a pulso, pra sobreviver”, foram as palavras de Manoel Honório da Silva ao ser entrevistado, no final da década de 1970, pelo antropólogo Antunes (1985, p. 11). A priori, percebemos a constante luta pela

sobrevivência dos Wassu, mesmo quando ficou apenas um “raminho de índio”.

Seguindo as entrevistas que nos deixou o antropólogo Antunes, encontramos o depoimento de Dolores de Oliveira Freitas, que na época (1979) tinha 65 anos, e Antunes enfatiza que a bisavó de Dolores foi “pegada no mato à dente de cachorro”. A entrevistada afirmou:

Aqui no Cocal tudo antigamente era mato, era uma aldeia de índio, de caboclo índio, chamada Aldeia de Cocal. Era muita terra. Os homens ricos e brancos tomaram tudo. O finado Juvenal Gomes tomou tudo e por isso morreu cego. Tocava fogo nas casas dos índios para eles saírem. Tinha vontade de tomar tudo isso que sobrou por aqui. Mas os caboclos se reuniram no outro lado da beira do rio e não puderam atravessar o rio. E não vieram mais aqui. E agora temos ainda esta meia légua de terra. Antigamente tudo dava na lavoura. Hoje em dia os caboclos trabalham alugado, e a terra não dá mais porque é pequena pra roça (ANTUNES, 1985, p. 11).

Podemos analisar o fato de os índios terem sido encurralados pelos brancos-posseiros. Sob as mais cruéis formas, eles ateavam fogo nas casas dos Wassu, obrigando-os a se distanciarem cada vez mais e a se amontoarem em uma pequena faixa de terra, dificultando sua subsistência e reduzindo sua população. Muitos wassu eram obrigados a fugir diante da perseguição e das más condições para a sobrevivência. Quanto às ações dos posseiros:

Antigamente, pra eles fazerem essa ocupação, eles tacaram fogo em três povoados: Serrinha, Pedrinha e Torre, só não chegaram a tacar fogo no Cocal (velho) porque a gente era mais organizada. Não houve morte porque, quando eles tacavam fogo nas casas, os nossos parentes, eles deixavam o local e saíam. Não fizeram isso com a gente do Cocal Velho, mas tentaram fazer, tinha um cidadão aqui por nome de Major Juvenal (Gomes) que foi quem fez essa retomada todinha dessas terra e saiu vendendo pros posseiros, e ele ficava quase todo mês fazendo aquele confronto com a gente pra tomar essa área de 130 hectares. Nessa época eu era muito pequeno tinha uma faixa de uns 12 anos, mas já acompanhava a luta do meu avô (José Máximo) e a luta dos outros mais idosos. Aí meu avô dizia: “oi Major, o senhor já tomou toda terra que a gente tinha, hoje o que a gente tem pra sobreviver com nossas famílias é essa arezinha de 130



Hibes Menino de Freitas, arquivo da família Freitas, 16/02/2017.
Foto cedida por Igor Freitas, filho de Hibes Menino de Freitas.

hectares, fique sabendo que se o senhor tomar essa área que a gente tem, ou o senhor vai matar ou vai morrer, agora que a gente não vai sair daqui pra deixar essa pro senhor, não. Essa terra é da gente” (Severino Antônio da Silva, entrevista no dia 10/03/2018).

Dessa forma, os Wassu bravamente persistiram. Mesmo indo de encontro a todas as adversidades, lutaram, uniram-se, resistiram e foram vencendo algumas batalhas. Os conflitos certamente chegavam às vias de fato, com derramamento de sangue wassu com a intenção de preservar seu espaço, sua história, sua cultura. Como enfatiza o índio Manoel Honório da Silva: “Os homens brancos tomaram tudo. O governo afirma que eles estavam certos. E assim, se muitos índios não morreram no pau, ficaram calados aguentando tudo” (ANTUNES, 1985, p. 12). Contudo, percebe-se que muitos morreram

“no pau”, apanhando, brigando, lutando, resistindo. A bravura desses guerreiros somou forças para alcançar algumas conquistas. Assim, os que ficaram calados aguentando tudo criaram sua forma de resistência e de sobrevivência étnica. O silêncio também é um método, uma arma para se permanecer na luta.

Foi o próprio Hibes Menino de Freitas quem se declarou, naquela época, vice-cacique dos Wassu, o que está registrado no Caderno da Comissão Pró-índio (n. III, 1981), tendo acontecido em São Paulo entre os dias 24 a 30 de abril daquele ano. Estava lá como o único representante do seu povo.

Vejo como de extrema importância para a história dos Wassu apresentar aqui partes do discurso de Hibes Menino de Freitas naquela reunião. Ele falou também a respeito de conflitos constantes nas terras da Aldeia Wassu, ainda em 1981.

“

Bem, meu nome é Hibes Menino de Freitas. Sou vice-cacique da tribo Wassu em Cocar, Joaquim Gomes, uma tribo do Nordeste, que, por se falar Nordeste, já fala marginalização.

Mas eu não vim falar do Nordeste [...]

CADERNO DA COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO, n. III, p. 18, 1981.

Agora mesmo, na invasão que teve na minha aldeia na 2ª feira passada, os grileiros ameaçaram que ia lá cercar a aldeia de qualquer jeito, cercar armado de jagunços pra matar todo mundo. Eu, como vice-cacique, o cacique, o pajé e o representante do conselho tribal nos reunimos pra combater. Mas não temos nada, só temos pedaços de pau, enxada e foice, e a coragem que foi dada por Deus, que não foi comprada não. Existe uma ponte de acesso à aldeia, vamos derrubar a ponte. Derrubamos a ponte. Agora vocês façam vigília dentro da aldeia e aqui na ponte, porque eu vou à cidade pedir socorro.

Telefonei pra Polícia Federal:

por favor mande pelo menos um agente na nossa área pra verificar as condições, o que está acontecendo agora na área.

O delegado disse pra mim:

Eu só poderia entrar na sua área, se eu recebesse a autorização da Funai, por que vocês são de menor.

Eu digo:

Muito bem, se amanhã os grileiros entram na nossa área e matam os nossos filhos, matam nossos parentes, os senhores não vão ficar omissos, dizer que não foram avisados, eu avisei com antecedência.

E eles não foram. Eu procurei a imprensa, a imprensa foi de imediato, notificou as barricadas, conversou com o pessoal, fizemos entrevista. Quinta-feira a polícia bateu na área, a Polícia Federal. A Polícia Militar foi na 2ª feira acompanhada pelo prefeito de Joaquim Gomes, Gendivaldo Cícero dos Santos; chegou lá na aldeia, a ponte estava derrubada para não dar acesso, porque os jagunços entrariam de caminhão, armados, e matariam o pessoal na aldeia, mas a pé eles não entravam porque eles não são doidos. Podem ser doidos, mas não são bestas.

Aí o que é que o delegado e o prefeito fazem – dizem:

Não, vamos levantar a ponte, porque essa ponte aqui dá acesso a interesse de A e

B e lá vai. E vocês não se mexem, vocês não vão ajudar?

E o meu povo disse:

nós não ajuda, nós derrubamos ela, e se tiver necessidade, a hora que o senhor der as costas nós derruba de novo.

Ele disse assim:

Se vocês se meterem a doidos, lembrem-se que uma rajada de metralhadora mata vocês todinhos.

Quer dizer, premeditou a morte de uma comunidade indígena, e não bastando, no outro dia, procurou a imprensa e me denunciou como agitador. Eu sou agitador?! O cara entra na minha casa, leva meus móveis, dá na minha família, meus pais, eu vou defender os meus direitos, sou agitador.

Eu lhe pergunto:

por que isso? Será que a Constituição, a lei dos brancos manda que isso seja imposto a uma comunidade indefesa, que não sabe ler nem escrever?

Existe uma série de erros em toda administração do governo para com os índios. Nós somos índios. Eu repeti essa frase no congresso e repito aqui:

**nós
somos,
índios**

Hibes Menino deixou ali registrado um episódio dentre tantos que aconteciam com frequência entre os índios e os posseiros, e estes com claro apoio dos políticos locais, sofrendo os índios ameaça por todos os lados. Registraram-se, com a fala desse representante wassu, os desmandos, as humilhações que sofreram, mas comprovou-se também a coragem de seu povo.

O apoio de políticos e/ou de instituições responsáveis pela segurança pública aos fazendeiros, grileiros e latifundiários, que muitas vezes se confundem na mesma figura (sempre branca) ou diretamente ligados por laços familiares, traduz-se em “violência institucionalizada”.

Penso que a “violência institucionalizada” se torna um gigantesco emaranhado de relações sociais, envolvendo diversos tipos de instituições: públicas, privadas e familiares, com a finalidade de manutenção de um determinado grupo no poder, ou de “preservar” a ordem social que privilegia os ricos-brancos-grileiros-posseiros-latifundiários-políticos. E tal violência, apesar de todos os esforços por parte dos movimentos sociais, reinventar-se e reproduz-se com o passar do tempo. Segue o relato de um episódio de ameaças e conflitos envolvendo Hibes, outros líderes wassu e os fazendeiros:

A gente foi pra uma reunião nas Asplanas (bairro da cidade de Joaquim Gomes) com os fazendeiros, e todos os 31 estavam armados, tudo armado. Porque naquele tempo a justiça era eles, era a lei, faziam do jeito que eles queriam e a gente tudo desarmado. Aí houve o desentendimento entre eles e o Hibes e saiu um conflito e todos eles sacaram as armas pra fazer alguma coisa com a gente. Mas como nunca fomos pessoas de agressão, a gente procurava fazer as coisas dentro da amizade, aí a gente contornou aquela situação, mas senão a gente podia ter morrido na Asplana mesmo, nessa reunião. Aí nesse dia não foi possível ter essa reunião e foi adiada. Na outra reunião que foi marcada, já pedimos a presença da Polícia Federal pra acompanhar, aí a gente iniciou como era que ia ser feita a demarcação, indenização, os pagamentos e tal. Isso porque ele era o representante da negociação. Acho que eles pensavam: “se a gente acabar com ele, os outros vão desistir, ou a gente acaba com ele e com o pessoal que tiver com ele ali. Mas sempre fomos da paz, chegamos a convencê-los e hoje estamos aqui (Severino Antônio da Silva, entrevista no dia 10/03/2018).

Em 2 de outubro de 1986, com base no Decreto Presidencial nº 93.331, as terras wassu foram declaradas de

ocupação indígena, com 2.758 hectares, divididos em quatro núcleos: Cocal, Pedrinhas, Fazenda Freitas e Serrinhas. Nessa época os Wassu contavam com cerca de 60 famílias.

Assim, no emaranhado de constantes conflitos, Igor Freitas relata mais um episódio de embate envolvendo seu pai, que se deu entre o povo Wassu e os posseiros que ainda não tinham desocupado a área indígena. Este episódio que se segue teria sido aquele em que resultou anos mais tarde o assassinato de Hibes.

Na demarcação em 1986, salvo engano, foi quando houve a retomada das fazendas [...] Foi tudo dividido pelas famílias, aí a gente veio morar aqui. Nesse período da demarcação, da identificação, ainda tinha alguns fazendeiros que permaneceram na área, aí foi quando ele criou um atrito com Zé Pedro, que era filho do Amaro Batista, que era dono daquela casa onde morava o pai do Geová, que era dono aqui da Ipê. No João Tomas [uma antiga escola situada no Cocal Velho], ele estava lá, que tinha uma casinha atrás do João Tomas, a qual tinham montado num projeto de mutirão, e nessa casinha, era tipo um barracão, ele ia trabalhar pra ele e pra comunidade e recebia cesta básica e papai estava organizando. O pessoal chegou e disse: “oia o Zé Pedro ali passando com a burra querendo pisar os meninos”, no atrito Geová estava, papai estava e o Zé Pedro ameaçou atirar em papai, ele andava armado tomaram o revólver dele, ele estava montado numa burra e ele esporou a burra, a burra deu um pulo e saiu correndo. Papai foi e revidou, que papai andava armado e conseguiu ainda passar uma bala de raspão em Zé Pedro, e isso foi que gerou a richa de papai com ele, porque ele não queria desocupar a área. Geová conta que, quando eles iam pra reunião em Maceió, geralmente eles iam por um caminho e voltavam por outro, eles nunca iam e voltavam pela BR 101, com medo de serem assassinados. E ficava uma equipe na cabeceira da ponte quando dizia assim: “ele vai sair e as lideranças pra uma reunião”, aí já ficava uma equipe de plantão 24 horas, ficava uma equipe de plantão pra escutar ele até o Cocal Velho. Era um período muito difícil, papai foi ameaçado várias vezes, atentaram contra a vida de papai várias vezes (Igor Freitas, entrevista no dia 16/02/2017).

Sobre este mesmo episódio, Dona Côca, que nessa época trabalhava na escola João Tomás Marques, presenciou o ocorrido e nos relatou:

Hibes, ele reunia o povo, ele formava a reunião. Nessa época eu trabalhava lá na escola João Tomás Marques, toda reunião era lá, ele reunia o povo, via o que ia fazer, o que não ia fazer. Aí, quando foi nos dias pra ser resolvido, em cada boca de caminho ficava uma turma. De noite ninguém passava nos caminhos. Depois que as terras foram indenizadas, passou o Zé Pedro de cavalo, aí, quando ele passava amuntado num burro, disseram que ele tinha dito que quem aparecesse com arma era com ele mesmo que resolvia. Nesse dia atucaram ele, mas o Zé Pedro disse que não disse, mesmo assim arruaram ele, tomaram o revólver. Tiraram o revólver dele e atiraram com o revólver dele mesmo. Eu saí na hora, porque eu não queria ver, mas eu vi quando tomaram e quando atiraram. Atiraram pra pegar nele mesmo, mas pegou um de raspão, eu pensei de acabarem com ele. Mas ele, o Zé Pedro, só andava preparado (Entrevista com Dona Côca no dia 08/03/2018).

Os Wassu sempre relembram a coragem de Hibes, um guerreiro que transmitia essa garra para os outros, poderíamos dizer um líder de guerra, de luta, “não se intimidava com conversa de fazendeiro. Se não fosse ele, talvez a gente num tivesse aqui. Era ameaça, ele deu muita coragem pra gente, virou exemplo, graças a Deus”. Severino Antônio, em entrevista no dia 10/03/2018, disse ainda que, “a gente era tão ameaçada que, quando a gente saía pra uma reunião, saía por um caminho e voltava por outro”.

Em 1991, a homologação das terras dos Wassu foi assinada pelo então presidente Fernando Collor de Mello em 23 de dezembro. Assim, a área indígena Wassu Cocal se caracteriza como área de ocupação tradicional e permanente indígena (Gerenciamento Executivo: Implementação dos planos Básicos Ambientais Indígenas, 2016, p. 02).

Os Wassu reivindicavam 57 mil hectares, porém, conforme Pereira (2014), ao final da negociação concordaram com a redução da área para 2.758 hectares. Como acordo entre as partes, houve então a desocupação de 31 imóveis de posse dos fazendeiros (PEREIRA, 2014, p. 64).

HIBES E A FUNAI

Hibes, um grande guerreiro wassu, apresenta-se como um notório líder, defensor do seu povo, de seus direitos, um questionador inclusive do papel da Funai na atuação junto aos povos indígenas. Ferreira aponta para a notória visibilidade e poder de luta de Hibes:

Os Wassu foram reconhecidos pela Funai no início dos anos 1980 e tiveram em pouco tempo seu território delimitado. Apesar de rapidez no procedimento – fato pouco comum em se tratando de terras indígenas no Nordeste – isto não significou eficiência na ação do órgão tutor. Um dos principais responsáveis pela agilização do processo foi Hibes, na época cacique do grupo, que é uma das principais lideranças indígenas no Nordeste. (FERREIRA, 1991, p. 11).

Talvez por seu notório poder de liderança, Hibes Menino, em 1983, foi contratado pela Funai e, em 1987, “ainda na gestão de Romero Jucá, Hibes foi nomeado assessor da presidência do órgão”. Para galgar essa posição, ele teria se fortalecido como liderança a partir dos movimentos indígenas que foram apoiados por entidades não governamentais que atuaram fortemente até meados da década de 1980. Ferreira (1991) aponta para o fato de a Funai cooptar notórias lideranças e/ou parentes numa tentativa de neutralizar estes líderes que surgiram do referido movimento indígena.

Foto 3. Documento de assessor da Funai – Frente, 16/02/2017

Foto 4. Documento de assessor da Funai – Verso, 16/02/2017

Após a saída de Jucá da Funai, Hibes foi destituído da função, pois teria se envolvido em irregularidades administrativas. Assim, retornou para a comunidade wassu. Hibes continuava a ser influente nos assuntos de sua comunidade.

Na época em que ele trabalhava na Funai, ele foi muito criticado lá dentro da Funai, aí o pessoal de lá, na época não tinha aquele pique de ir reivindicar, cobrar das autoridades o direito que o índio tinha. Quem tinha que ir na frente era os índios, aí, como o Hibes era

índio e já era funcionário da Funai, aí ele cobrava muito do administrador, do delegado, do presidente da Funai (Severino Antônio da Silva, entrevista no dia 10/03/2018).

Com as acusações feitas pelo órgão tutor, em 1990, no que diz respeito a seu envolvimento com irregularidades administrativas,

[...] envolveu-se em novos episódios indispondo-se ainda mais com a administração da Funai, afirmando estar de posse de um dossiê denunciando uma série de irregularidades, que seria enviado às autoridades e imprensa. Em represália foi denunciado pela Administração Regional de Maceió por utilizar recursos destinados à área indígena em benefício próprio (FERREIRA, 1991, p. 12).

A partir do inquérito, aberto no Departamento de Polícia Federal de Alagoas, o delegado solicitou que a Funai apresentasse um laudo antropológico, no qual Hibes seria submetido a uma “avaliação cultural”. Em tal parecer solicitado, concluiu-se “que apesar de aculturado ele não tinha a capacidade plena dos direitos civis [...] Hibes é índio tutelado pela Fundação dos Índios” (FERREIRA, 1991, p. 12).

Antropólogos da época questionaram esses “laudos antropológicos” ou “avaliação cultural”,² pois muitos que realizavam tais laudos não eram antropólogos. Trata-se, pois, de documento “produzido por técnicos desqualificados e mesmo profissionais de outras áreas como engenheiros agrônomos e civis, e até técnicos agrícolas”. Esses laudos constituíam-se em práticas ambíguas, o que acaba propiciando um ambiente ainda mais conflituoso dentro do grupo étnico, podendo alterar as posições de notáveis, inflamando ainda mais a situação local.

DA RESISTÊNCIA E LUTA PARA A HISTÓRIA WASSU COCAL

Segundo Dona Côca, Hibes teria convidado Francisco (Chicão) para ir ajudar a levantar o Ouricuri³ entre os Wassu. Ele teria participado no início deste “levantar o Ouricuri”, porém, sempre muito ocupado e às vezes tendo que trabalhar fora da aldeia, não teria participado por muito tempo. Cremilda em outro momento também confirma esta versão:

O povo conta que, quando começou, ele ainda participou, só que demorou pouco, porque ele começou a trabalhar, mas ele deu todo apoio, ele, o Geová, o Severino... deram todo apoio. Mas ele não continuou. Porque ele num parava não, sempre lutando, viajando pra Brasília, pegava dois, três homens e ia, era Brasília, eram outros estados, era Maceió. Ele era quem mais saía da aldeia pra buscar as coisas e ele conseguiu muitas coisas junto à Funai. Na época que ele chegou aqui na aldeia, tinha muita criança desnutrida, com problema de saúde, aí ele levava esse povo, o atendimento nem aqui era, era em Recife, daí ele fazia essa ponte de ajudar a comunidade, ele tinha um grande interesse de ajudar a comunidade. Então ele se virava nos trinta pra resolver os problemas do povo, aí na área de lazer, o futebol (Cremilda, entrevista no dia 08/03/2018).

Os relatos na aldeia atestam que Hibes foi um guerreiro muito corajoso, recebeu inúmeras ameaças por estar à frente da luta pelas terras e pelo reconhecimento étnico do grupo.

Ele andava se protegendo, mas traição não tem bom. O que foi que deram a ele? Um emprego na prefeitura de Joaquim Gomes. O Geová morreu por doença e Seu Severino ainda tá vivo, mas porque esses homens passam 10 anos sem andar nem em Joaquim Gomes, nem em Novo Lino.⁴ Só aqui oia, andando nos matos. E o Hibes não, quando as lideranças da época souberam que ofereceram a ele um emprego de secretário de esporte em Joaquim Gomes, [...] aí ele ia todos os dias trabalhar e o

povo sabia que era armadilha pra ele. Os guerreiros, o povo tava sentindo, o povo tava sabendo que ia acontecer. Muita gente dentro das suas crenças previu que isso ia acontecer, então nessa época ele se afastou de todo mundo. Arrumaram uns pistoleiros, eles se vestiram de policiais e atacaram ele ali num carros desses que fazia praça, disseram que ele ia preso e levaram ele dizendo que ia pra Flexeiras. O povo ligou, souberam que ele não estava em Flexeiras, o povo já sabia que esse já era. E ele se confiava que ele andava com uma 765... uma arma muito boa. Então, na história dos Wassu, vai ser sempre a pessoa de coragem e de luta, mas ao mesmo tempo foi fraco, era uma coragem fora de si, porque a causa da morte dele não foi somente por essas terras, mas pelo tiro que ele deu no Zé Pedro, foi um dos caras que fez as conversas com os pistoleiros. Diz o povo que cada fazendeiro deu uma parte de dinheiro e o Hibes foi quem fazia a negociação (Entrevista com Cremilda em 08/03/2018).

Hibes Menino se destacou como um notório líder local e do Nordeste, era muito visado e conhecido por sua coragem, era um indivíduo destemido e aguerrido. Aos 22 de agosto de 1991 foi sequestrado e morto. Este fato tornou o clima ainda mais acirrado entre os posseiros e os indígenas wassu. Três homens com fardas de PMs pararam o carro em que ele estava e o levaram. Seu corpo foi encontrado, horas depois, algemado e com vários tiros (PEREIRA, 2014, p. 64).

Para uma comparação sobre a ação da violência institucionalizada, vejamos o caso do vereador Renildo, na cidade de Coqueiro Seco, também no estado de Alagoas, que, após ter denunciado várias ameaças vindas de políticos e policiais, inclusive tentativas de assassinato,

[...] foi sequestrado em sua residência no dia 10 de março de 1993, surpreendido enquanto dormia por três homens que o levaram diante do olhar atemorizado de seus parentes. Depois de uma semana, seu corpo foi encontrado decapitado no Município de Água Preta, com marcas de tortura, sem as impressões digitais, sem a língua, as orelhas e o pênis cortado, e olhos perfurados. Sua cabeça foi encontrada no Município de Xexéu, ambos os municípios situados na Mata Sul de Pernambuco, limítrofes com a Mata Norte de Alagoas. A identificação do seu corpo só foi possível pelo exame da arcada dentária (FREITAS, 2013, p. 79).

Esse crime cometido contra Renildo, com “requite de crueldade”, tem algumas semelhanças com o assassinato de Hibes, pois ambos desafiaram o poder local, seja político, ou econômico, por ocupação de cargos, ou por terra. O fato é que nos dois casos há o indício, comprovado ou não, de envolvimento de policiais. Outro ponto de aproximação dos casos é a conivência, pelo fato de nada ter sido feito para impedir o desfecho por parte de instituições que deveriam proteger o oprimido, o ameaçado, o vitimado. Porém, a tal violência institucionalizada age sorrateiramente para preparar, talvez, toda a sequência de fatos e o encerramento dos casos, restando apenas a impunidade.

É notório que Hibes, assim como outros líderes indígenas que também foram assassinados, teria se tornado pessoa não benquista no meio político ou por ocupantes de cargos de instituição políticas, que, por sua vez, alimentaram atenuações e conflitos a partir de seus posicionamentos e trâmites, apontando para uma reveladora e sutil conivência do órgão responsável e das instituições.

A julgar pela maneira como têm acompanhado os casos desde o início, e agora os inquéritos policiais que apuram os assassinatos, a 3ª Suer/Funai, através da sua “Assessoria Jurídica”, revela uma certa conivência sutil com o trágico desfecho das ameaças de mortes sofridas pela vítima. É sugestivo que demonstrem presteza em estabelecer laudos de indivíduos ou colocar-se na condição de representantes de tutelados nas disputas de terra, mas não para pressionar que se esclareçam as violências praticadas contra os índios no Nordeste (FERREIRA, 1991, p. 13).

O fazendeiro José Pedro, acusado de ser o mentor intelectual do assassinato, “foi detido e, após confirmar a denúncia, foi posto em liberdade”. Em outros trechos de artigo de Ivisson Ferreira (1991) é dito que o fazendeiro foi dado como foragido. Os três assassinos foram presos, mas o mandante não. O motivo do crime teria sido um desentendimento acontecido por questões de terra. O curioso é que o caso em três dias foi apurado e “resolvido” pelas autoridades e dado como encerrado.

De outro ponto de vista, o sr. Severino nos relata sobre o mando do assassinato:

Como não podia pegar ele aqui dentro, deram um emprego a ele em Joaquim Gomes. Na época quem ofereceu esse emprego de secretário de esporte foi o irmão

² Ver “A questão da produção de laudos e a situação territorial dos índios no Nordeste”, elaborado pela equipe composta por Simone Duboux, Ivisson Ferreira, Vânia Fialho e Silva Martins, do curso de Antropologia da UFPE. Trabalho apresentado durante a II Reunião da Associação Brasileira de Antropologia–Nordeste/Nordeste (março 1991).

³ Ritual indígena.

⁴ Cidades vizinhas da aldeia Wassu Coccal.

do Zé Pedro, o Everaldo, que era secretário de Agricultura, e o Zé Pedro era fazendeiro. Desse serviço que ele recebeu, começamos a orientar ele, “rapaz tu num vai”, só que ele confiou, né. Talvez se ele tivesse ouvido a gente na época, não tivesse acontecido essa cilada [...]. Numa reunião, tava eu, o compadre Geová, e o Zé Pedro me disse “ói, vou lhe dizer com sinceridade, se você e Geová não quiser morrer, deixe de andar com o Hibes, porque no dia que eu encontrar com ele e quem tiver com ele, morre!”. Depois eu chamei o Hibes e disse: o Zé Pedro acabou de me dizer agora que se a gente andar com tu, tu vai morrer e quem tiver mais tu, morre também, então tu evita de andar em Joaquim Gomes, tu evita de andar sozinho, porque ele disse que não vai deixar de graça o que tu fez com ele não. O Hibes não acreditou. Então ele começou a trabalhar, chegou a trabalhar de três pra quatro meses. Eles deram bem muita corda pra ele. Do dia que ele atirou no Zé Pedro, deu uns quinze dias e teve uma audiência no Passo de Camaragibe, na época a juíza era do Passo, nessa audiência foi chamado o Hibes, o Zé Pedro e a gente. Foi nesse dia que a gente se encontrou com o Zé Pedro que ele falou aquilo que a gente deixasse de andar com o Hibes pra não morrer também. Depois disso, ofereceram o serviço de secretário e ele passou uns quatros meses trabalhando, depois de três ou quatro meses, foi rapidinho, mataram ele. A morte dele num foi só por conta do Zé Pedro, mas porque a gente já tava na reivindicação das terras, a gente já tava ocupando as terras, os fazendeiros já tinham desocupado as terras, mas ficaram com essa richa dele e, nesse intervalo dessa discussão, fizeram essa tragédia. O Everaldo ajudou, porque ele foi quem ofereceu o emprego, montou o esquema pra poder ter o Hibes na mão. Só que também depois da morte do Hibes, logo mataram ele também, num passou uns dois meses, quem matou ninguém sabe. Primeiro, julgaram que tinha sido vingança dos índios, mas depois a notícia que correu foi por conta do pagamento que ele mandou matar o Hibes e não pagou tudo aos pistoleiros, aí os mesmos pistoleiros que mataram o Hibes vieram receber o dinheiro e ele não quis pagar e mataram ele, quem com ferro fere, com o mesmo ferro é ferido. Mataram ele na casa dele. E o Zé Pedro se elegeu vereador e uns tempos e depois mataram ele também⁵ em Maceió (Severino Antônio da Silva, entrevista no dia 10/03/2018).

Em 13 de julho de 2012 saiu o resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação, publicado no Diário Oficial, apontando o aumento do território wassu em mais 9.098 hectares, somando os 11.842 hectares. Esse processo ainda está em tramitação. Mas os líderes wassu, a exemplo do Pajé Lula, dizem que vão conseguir aos poucos os 57 mil hectares, pois os encantados, seres espirituais protetores, sempre os atendem.

Hibes é hoje reconhecido como uma forte liderança do seu povo, é apresentado como um dos grandes guerreiros da etnia Wassu. Nas escolas, as crianças escutam histórias sobre ele e suas contribuições nas conquistas locais e regionais.

Ele é passado para as novas gerações através das aulas de história, que os professores aproveitam a disciplina pra falar da aldeia. E no caso da disciplina de Cultura Indígena, ele também é passado; são feitos vários trabalhos. Eu não estou mais ensinando, mas as meninas que estão sempre botam ele como exemplo de luta, porque ele é inserido... essa semana teve uma menina aqui com os alunos, vieram me procurar pra eu falar da história das lideranças, dos antigos e dos atuais. Daí eles colocam os nomes das lideranças todas em cartazes, bota na escola, porque a gente nunca esquece dos antigos, tem que se inspirar neles. Então, o Hibes é uma marca aqui dentro, ele é uma pessoa que é um espelho pra nós, apesar de uma história triste. É um caso histórico e único (Entrevista com Cremilda no dia 08/03/2018).

Assim, acabamos de apresentar a história de um guerreiro, que voltou para os seus para lutar em prol da comunidade, em prol do coletivo. Este homem que tornou às origens e ajudou a reorganizar o sentimento de coletividade, impulsionando assim a energia da comunidade para a luta, para a guerra do reconhecimento, para a tomada do que de fato lhes pertencia: a terra wassu.

⁵ Este assassinato aconteceu em dezembro de 1996, após ele ter sido eleito o vereador mais votado da história da cidade, porém, nem chegou a assumir.

referências bibliográficas

ANTUNES, Clóvis. Tribo Wassu, os Caboclos do Cocal: Aspectos histórico-antropológicos dos remanescentes de Alagoas. Coleção Índios do Brasil-Nordeste, índios Wassu. Maceió-AL: LTC Editora, 1985.

FERREIRA, Ivisson. Hibes Menino: o assassinato do líder Wassu. Resenha&Debate, n. 5. Rio de Janeiro: Museu Nacional-PETI/PPGAS/UFRJ, set. 1991.

FREITAS, Geovani Jacó de. Ecos da Violência: Narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro. Coleção Antropologia da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da política/UFRJ, 2003.

GERENCIAMENTO EXECUTIVO. Implementação dos planos básicos ambientais indígenas nas comunidades Wassu-Cocal, Karapotó Terra Nova, Karapotó plak-ô e Kariri-Xocó-BR 101/NE. Alagoas, 2016.

ÍNDIOS: direitos históricos. Cadernos da comissão pró-índio, São Paulo, n. III, p. 18-19, 1981.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Laced, 2004.

PEREIRA, Jessika Danielle dos Santos. A educação escolar indígena entre os Wassu-Cocal: algumas pistas sobre a concepção da educação a partir de seus professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, 2014.

SILVA, Edson. Os índios Wassu e a Guerra do Paraguai: história, memória e leituras indígenas sobre o conflito. Revista Cabanos, Maceió, n. 1, p. 93-109, jan./jun. 2006.